



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ - MOÇAMBIQUE

Rua da Resistência, 1175 | Caixa Postal 656 | 06100 Maputo

Telefone: 00258 21419933/4 | Fax: 00258 21419578

E-mail: secretariado.cejp@jupax.org

CABO DELGADO É MOÇAMBIQUE:

Na esteira da Declaração dos Bispos

Abril 2021

Introdução

No dia 16 de Abril deste ano de 2021, os Bispos, reunidos na sua primeira Sessão Plenária anual, escreveram e publicaram, “com o coração cheio de tristeza”, uma declaração intitulada *Declaração dos Bispos Católicos de Moçambique*. Nesta declaração, eles deploram a trágica situação da população de Cabo Delgado, lamentam a insegurança nas populações do centro do país e mostram estar inconformados com a insegurança alimentar, a fome e a violência que se alastra cada vez mais no país, num contexto de Pandemia do Covid-19.

A leitura atenta da declaração mostra claramente que a problemática de Cabo Delgado é a questão-chave de toda a declaração e a preocupação principal dos nossos pastores, apesar de não ser a única. E é com toda a razão! De facto, as notícias sobre Cabo Delgado que continuam a chegar vindas de todos os quadrantes trazem informações dramáticas e não poucas vezes trágicas sobre a situação das comunidades diretamente atingidas pelo conflito armado que está a acontecer naquele ponto do país.

Com a presente reflexão, queremos fazer eco a esta Declaração dos bispos e propor algumas linhas mais concretas de operacionalização da mesma, tanto às comissões sociais assim como a todos os que se identificam com a causa de Cabo Delgado e com o espírito desta Declaração. Por isso, a reflexão apresenta quatro pequenas partes, a saber: (1) uma breve contextualização, (2) algumas constatações relevantes, (3) caminhos de esperança, e (4) pensando na nossa pastoral.

1. Uma breve contextualização

Passados mais de três anos, as informações sobre este conflito continuam confusas e imprecisas. A literatura e as análises que se fazem sobre a questão de Cabo Delgado oferecem abordagens diferentes. Entre várias, podemos destacar três, sendo a primeira aquela que atribui a guerra a uma revolta popular contra abusos de poder e falta de expectativas de melhoria da vida da população, o que equivale a dizer que é uma guerra contra o governo. A segunda seria a perspectiva que liga a guerra à eclosão de uma revolta jihadista islâmica protagonizada por moçambicanos radicalizados na Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar e outros países africanos que vivem conflitos similares que encontraram seguidores desta ideologia nos vizinhos tanzanianos e mais tarde conseguiram o apoio do Estado Islâmico. Portanto seria uma guerra contra o Estado Moçambicano na sua vertente Laica. A terceira perspectiva é mais ideológica e liga a guerra à descoberta de gás e à exploração de riquezas naturais – rubis e madeiras preciosas, para além de recursos provenientes do tráfico de drogas e diversos tipos de tráficos ilícitos que acontecem em paralelo. A má governação, a ausência do Estado nesta parcela do país e o

subdesenvolvimento seriam fatores que propiciam os ressentimentos contra o poder e alimentam o recrutamento de jovens sem melhores expectativas de vida, quer em Cabo Delgado como em Nampula e Niassa. São elementos entrelaçados de índole económica, social, ideológica e civilizacional que devem ser tomados em conta simultaneamente¹.

A problemática de Cabo Delgado, tal como a Igreja tem mostrado em diversas ocasiões quando se refere a Cabo Delgado², tem vários rostos: político-militar, económico, cultural, religioso, etc. Cada um desses rostos é um grande problema que deve ser tratado à parte, com uma intervenção e solução próprias, mas com vista ao mesmo fim: restituir a paz e tranquilidade a Cabo Delgado, restituir o direito de viver às populações. Essas populações, dizem os bispos na Declaração, “*vêem seus bens pilhados, a intimidade dos seus lares violada, suas casas destruídas e cadáveres de seus familiares profanados. São obrigadas a abandonar a terra que os viu nascer e onde estão sepultados os seus antepassados.*”

Estas palavras dos nossos bispos, atreladas a tudo o que lemos em jornais, escutamos na rádio e TV, vídeos e imagens partilhados nos Meios de Comunicação Social, mostram que o que está a acontecer em Cabo Delgado não é apenas violação dos direitos humanos nem simplesmente morte por guerra, mas verdadeiro horror que fere o nosso sentido de humanidade, que questiona toda a nossa herança ética e da cultura dos direitos humanos já débil, que nos leva também a dizer, como outrora o mundo dissera, olhando para os horrores de Auschwitz³: como poderemos falar do ser humano e do valor da vida depois de Palma e Mocímboa da Praia? Vivemos um verdadeiro pecado que brada no céu! Não são só seres humanos que estão a ser mortos em Cabo Delgado, mas é, sobretudo, o sentido de ser humano que está a ser destruído, questionado, reduzido a nada, é também o sentido de sociedade e de cultura que está a ser posto em causa, é a existência e o papel de um governo que estão a ser questionados e até negados. E continuam os bispos na sua Declaração: “*Deploramos a prevalência deste estado de coisas, sem indicações claras de que a breve trecho haverá superação das causas que alimentam este conflito. Este estado de coisas faz crescer e consolidar a percepção de que por de trás deste conflito há interesses de vária natureza e origem, nomeadamente de certos grupos de se apoderarem da nação e dos seus recursos.*” Vale dizer: estamos totalmente inseguros quanto à nossa vida e quanto ao nosso futuro!

Os impactos da guerra de Cabo Delgado reflectem-se bastante na dignidade, qualidade de vida e ambiente de esperança em viver no local que cada moçambicano gostaria e perspetivar o futuro de si próprio e dos descendentes. Mas esses sonhos estão desaparecendo e o nível de desespero aumenta cada vez mais no seio daquelas populações, sobretudo, como referem os nossos bispos,

¹ Cfr. Cardoso, F. “Cabo Delgado: insurgentes, jihadistas ou terroristas?”. Em: *Observador*, 5 de Abril de 2021, <https://observador.pt/especiais/cabo-delgado-insurgentes-jihadistas-ou-terroristas/> consultado 14 e 15 de Abril 2021.

² Cfr. CEM (2018). “Brilhe vossa luz diante dos homens (Mt 5,16); CEM (2018). “Responsabilidade colectiva sobre o presente momento histórico e pela postura futura de Moçambique”; Bispo de Pemba (2018). «A voz do sangue do teu irmão clama da terra até Mim» (Gn 4,10); “Mensagem das confissões religiosas para todos os cidadãos e instituições da Província de Cabo Delgado (Junho 2018); Bispo de Pemba (2018). “Grito de Natal”; CEM (2020). “Comunicado da Conferência Episcopal de Moçambique às comunidades cristãs e às pessoas de boa vontade”; CEM (2021). “Declaração dos Bispos católicos de Moçambique”.

³ De acordo com a História, este foi o maior campo de concentração nazi. Depois da segunda guerra mundial, o mundo, ressentido dos horrores da guerra e dos abusos cometidos à vida humana, perguntava: como falar do ser humano depois de Auschwitz? Teria sido essa indignação que, reforçada por outras declarações, como aquela francesa, levou as Nações Unidas a escreverem os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos com este espírito: basta de abusos à vida humana.

nos jovens para quem “não há oportunidades de se construir uma vida digna”: o número de mortes aumenta, aumentam as infraestruturas destruídas e não se percebem sinais do fim do conflito. Assim, a população conclui que o Estado os tenha abandonado. De facto, o modo como o Governo está a gerir a situação (ausência) leva-os a estas suposições. E, como também confirmam os bispos, *“é fácil aliciar pessoas, cheias de vida e de sonhos, mas sem perspectivas e que se sentem injustiçadas e vítimas de uma cultura de corrupção, a aderirem a propostas de uma nova ordem social imposta com a violência ou a seguir ilusões de fácil enriquecimento que conduzem à ruína.”* Assim vai Cabo Delgado! Por isso, a vergonha de Cabo Delgado é vergonha de Moçambique e do mundo todo.

Diante deste cenário triste e angustiante os discípulos de Cristo, o príncipe da Paz, não podem de modo algum ficar indiferentes ou mesmo paralisados pela indignação e a sensação de impotência. É assim que uma palavra profética que denuncia ao mesmo tempo em que indica caminhos de esperança se faz necessária.

2. Algumas constatações relevantes

Ao longo de todo estes anos, têm-se constatado as seguintes realidades:

1. **Há ligação lógica entre uma juventude alienada e as diferentes formas de insurgência** tais como a criminalidade, o terrorismo e o extremismo político e religioso. E perguntam os bispos na Declaração: “Como podem ter os jovens perspectivas se o próprio país parece não ter rumo, um projecto comum, no qual são convidados a serem colaboradores activos e que alimente a sua esperança?”

2. **A não resolução definitiva do conflito armado** está acentuando o nível de pobreza e ofusca o sonho de desenvolvimento, o que cria descontentamento de revolta e isso pode ser um foco para origem de um outro conflito que dizima a espécie humana que já está sendo reduzida pelos insurgentes. A maior concentração na defesa do negócio de gás e petróleo em detrimento da defesa de vida de milhares de moçambicanos induz-nos a acreditar que a primazia do Estado é defender os lucros e bem-estar para um pequeno punhado de gente já abastada. Sem vida numa região e sem recursos humanos locais é impossível e absurdo catapultar o desenvolvimento. Nisso, a primeira luta seria de pôr fim ao conflito armado, investir na área de social e de infraestruturas, definir estratégias para uma exploração eficaz e segura dos recursos, onde os lucros farão sentir na melhoria das condições de vida das pessoas humanas residentes no local. E uma aposta na educação dos jovens seria uma aposta estratégica.

3. **Um olhar crítico aos projectos de gás e petróleo.** Não há dúvida de que o País conta com muitas riquezas, matérias primas, que podem ajudar a desenvolver economicamente o País e, por aí, desenvolver humanamente. Porém, o País não está preparado para gerir a exploração sustentável e humana destas riquezas. Portanto, seria necessário, primeiro, se criarem condições para que o País possa explorar estes recursos de forma sustentável e integrada como todos os seus intervenientes.

4. Existem também as seguintes constatações não menos importantes:

- a) Diante de evidências de que o Estado moçambicano não tem condições para enfrentar a guerra com as forças militares que neste momento tem, provavelmente, a vitória militar não seria uma resposta à complexidade da situação de Cabo Delgado;
- b) Neste mesmo sentido, as experiências similares de países como Malí, Nigéria, Somália, República Centro-Africana e Congo, onde o envolvimento militar externo, concretamente da França, dos EUA e de exércitos regulares de países coligados não se conseguiu parar as guerras, devem convencer-nos de que uma alternativa diferente, fora da alternativa militar, faz-se urgente;
- c) O Quênia é o único país que até agora oferece uma experiência de acção militar bem-sucedida ao terminar com uma sublevação deste mesmo tipo e ao que parece os seguidores do principal cabecilha de tal movimento são os mesmos que operam no sul da Tanzânia e que têm influência no norte de Moçambique. Seria possível colher a sua experiência?

Portanto, assistimos, com todas estas constatações, um agudizar da crise humanitária em Cabo Delgado, uma crise que ameaça alastrar-se a outros pontos do país e da região. Não faz mais sentido parar e não fazer nada, pois estamos implicados todos. Precisamos explorar e perceber os contornos da crise humanitária que hoje assistimos em Cabo Delgado, e salvarmos o que ainda for possível salvar. Em relação ao papel do Governo, vários apelos já se têm feito no sentido de se fazer presente e actuante, de cumprir o seu papel. Mas nós, como Igreja, precisamos acolher e cuidar da vida daqueles nossos irmãos que tiveram que se retirar das suas casas, porque viram tudo a ser destruído.

3. Caminhos de esperança

Ao terminar a sua Declaração, os bispos afirmam que *“apesar dos momentos difíceis que estamos a viver, ninguém perca a esperança”*. E eles, citando a Fratelli Tutti, terminam dizendo que a *“esperança é ousada, sabe olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para se abrir aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna. Caminemos na esperança!”*. Por isso, para parar com o sofrimento do povo, o Governo moçambicano poderia percorrer os caminhos que abrem a esperança e que não passam em primeira mão por uma equação militar:

- a) Diplomacia para melhorar a vigilância das fronteiras de Moçambique, buscando acordos com os países vizinhos em particular com a Tanzânia para que este país controle com maior eficácia a movimentação dos terroristas no interior do seu território.
- b) Oferecer apoio aos deslocados internos erradicando as situações de fome e subnutrição por uma acção política e social para garantir um melhor acompanhamento aos atingidos pela guerra.
- c) Conciliar sinergias entre o Conselho Islâmico de Moçambique, o Conselho Cristão de Moçambique, forças partidárias e sociedade civil para que todos estes, com a Igreja Católica, possam oferecer à população em geral e aos jovens em particular tudo o que possam precisar para que não pensem na possibilidade de filiação aos insurgentes e adesão ao terrorismo.

- d) Trabalhar afincadamente por um programa geral e global de desenvolvimento e integração social.
- e) Promover pesquisas que ajudem a perceber melhor as coisas: (i) qual é o papel das Multinacionais nos conflitos armados? (ii) a zona em conflito está a ser uma rota de todo tipo de tráfico: armas, droga, recursos naturais e até pessoas? (iii) como está a integridade nas fronteiras do País? Permite o controlo de tráfico de armas, droga, recursos naturais e até pessoas?
- f) Cerco financeiro. De onde procedem os fundos que alimentam os grupos armados? É necessário cercar, fiscalizar, responsabilizar... E trata-se também de uma questão de integridade do sistema financeiro. Neste sentido, dizem os bispos: *“apelamos para que todos contribuam para a pacificação, protegendo a população, fechando as vias de financiamento à guerra, isolando e travando indivíduos ou grupos que tiram proveito da tragédia de Cabo Delgado”*.

4. Pensando na nossa pastoral: opção preferencial pelos pobres

Nós, como Igreja, vemos em cada um daqueles nossos irmãos de Cabo Delgado, a continuidade dos sofrimentos de Cristo humilhado, assassinado! Vemos naqueles irmãos a Igreja sofredora. O nosso sentido de missão e a nossa opção preferencial pelos pobres devem ganhar uma forma particular neste contexto a fim de que o Evangelho continue a ter o seu sentido de Boa Nova. Por isso, a Doutrina Social da Igreja, diante da vida que é abusada, diante da intolerância, diante da violência e do desrespeito contra os direitos humanos, interpela-nos, chama-nos a fazer ou a dizer algo, a tomar alguma providência, pois *“as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem (para o nosso caso, aqueles de Cabo Delgado), são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração”* (GS, n. 1).

Em concreto, a nossa opção preferencial pelos pobres leva-nos a fazer o que ainda é possível fazer: salvar a vida desses nossos irmãos, quer os deslocados, quer os que permanecem naqueles lugares de horror. Portanto, isto implica desenvolvermos uma pastoral que seja, por exemplo, de presença, de acolhimento, de assistência humanitária e de integração, no seguinte:

- a) **Pastoral de presença:** a Igreja de Pemba, por exemplo, precisa continuar presente no meio daquelas populações, tornando-se a voz delas, educando-as, sofrendo e chorando com elas, sentido as suas dores, fazendo “barulho” para que aquele que é de direito possa fazer o que não está a fazer. E nós, em parceria com todas aquelas organizações que investigam e falam sobre Cabo Delgado, precisamos continuar a manter a nossa voz de Igreja presente e profética.
- b) **Pastoral de acolhimento:** nas dioceses e locais onde os nossos irmãos deslocados estão a chegar, precisamos acolhê-los e de cuida-los, pois a vida, o futuro e os sonhos deles lhes foram roubados. Não temos muito para dar, mas temos a vida. Assim, dizem os nossos bispos: *“continuaremos a redobrar os esforços para ajudar os desamparados e acolher os deslocados, proporcionando-lhes escuta e consolação, além de meios de sustentação partilhados pelos crentes”*.

- c) **Pastoral de assistência humanitária:** tanto os deslocados como os que estão naqueles lugares de conflitos precisam da nossa assistência. Há irmãos que estão traumatizados pelos horrores, pois viram os seus entes-queridos a serem mortos de forma brutal. Portanto precisam não só de assistência em alimentos, mas também uma assistência psicológica. Precisamos organizar campanhas de solidariedade, com dias e actividades concretas. Neste sentido, os bispos apelam para a generosidade das forças políticas nacionais, das organizações presentes no país, e da comunidade internacional.
- d) **Pastoral de integração e de construção da ordem social:** em relação aos nossos irmãos deslocados, as dioceses podem organizar-se para, aos poucos, ir integrando a eles na vida do dia-a-dia enquanto não for possível o retorno aos seus lugares de origem. E em relação a todo o país, conforme referem os bispos, precisamos colaborar com as forças vivas do nosso país para uma ordem social onde o egoísmo deixe o espaço à solidariedade, e juntos com as autoridades, se elabore um projecto de país que contemple todo o cidadão, privilegiando os mais marginalizados e desfavorecidos, duma forma especial, aqueles de Cabo Delgado.



Dom Alberto Vera Arejula

Bispo de Nacala e Presidente da Comissão Episcopal de Justiça e Paz